

Título: O processo de logística reversa como controle de descarte de medicamentos: um levantamento nas redes de farmácias do município de Vitória

Autor(es) Adriana Sartório Ricco; Eliane Araújo e Marcela Rodrigues

E-mail para contato: adrianasartorio@hotmail.com

IES: FESV

Palavra(s) Chave(s): Logística reversa. Gerenciamento de resíduos sólidos. RDC ANVISA nº 306 e CONAMA nº. 358/05

RESUMO

A logística reversa é definida como a área da logística empresarial responsável por planejar, operacionalizar e por fazer o controle dos fluxos reversos dos produtos, não se tratando de uma simples devolução, mas sim de um processo de retorno ao fornecedor de materiais para serem, por exemplo, revendidos, recondicionados, reciclados, descartados, substituídos, ou até mesmo retornando ao seu estado original de matéria-prima. A Lei Brasileira 12.305/2010, regulamentada pelo Decreto nº 7.404, instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que estabeleceu as diretrizes relativas à gestão integrada e ambiental de resíduos sólidos no Brasil, responsabilizando pelo custeio da destinação final dos resíduos os fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, consumidores e titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, pois estes são responsáveis pelo ciclo de vida dos produtos. A RDC ANVISA, nº 306, de 7 de dezembro de 2004, harmonizado com o CONAMA nº. 358/05 visou regulamentar o tratamento e destinação dos resíduos de saúde de forma a preservar a saúde humana e a do meio ambiente, com intuito de minimizar a geração desses resíduos, aplicando-se às drogarias e farmácias e a todos os serviços ligados ao atendimento relacionados à saúde humana, dos quais esses são responsáveis pelos rejeitos produzidos e de realizarem todo o gerenciamento do descarte adequado interno. Diante desse contexto, surge então o seguinte problema de pesquisa: De que maneira o processo de logística reversa é realizado no descarte de medicamentos pelas Redes de Farmácias em Vitória (ES)? O objetivo desta pesquisa é identificar a adequabilidade das redes de farmácias em atenderem à legislação no que tange ao descarte de medicamentos no município de Vitória (ES), analisar a legislação vigente, observar como são realizados os descartes de medicamentos nas farmácias pesquisadas e confrontar as ações de descarte realizadas com a legislação vigente. Como procedimento metodológico, a pesquisa é do tipo descritiva. As técnicas de investigação neste estudo foram a pesquisa bibliográfica e documental, seguida de pesquisa de campo, utilizando-se como técnica de investigação o levantamento. A coleta se deu através de questionários com perguntas fechadas a todas as redes de farmácias do município de Vitória (ES). Como resultados auferidos, têm-se que 92% dos entrevistados nas redes de farmácias responderam que possuem conhecimento sobre a Lei 12.305/2010 e por isso, 83% responderam que fazem o gerenciamento dos resíduos produzidos internamente, ou seja, referente ao descarte de medicamentos do estoque interno das farmácias. No entanto, 67% dos farmacêuticos disseram orientarem os consumidores a dirigirem-se aos postos de saúde e hospitais para descarte de medicamentos, isto porque 100% dos depoentes responderam que atualmente não possuem coletores de medicamentos para os consumidores e 58% afirmam que os consumidores raramente procuram essas redes para realizarem o descarte corretamente. Sendo assim, conclui-se que o processo para o descarte de medicamentos realizado pelas farmácias de Vitória (ES) está correto em parte, pois ambas possuem centros de distribuição ou até mesmo parcerias para descartar os medicamentos do estoque interno das farmácias, porém não disponibilizam coletores para a população que fica sem local para o descarte. Contudo, sabe-se que é obrigatório que haja um sistema integrado de resíduos sólidos mediante a Lei 12.305/2010, e de acordo com as resoluções CONAMA nº. 358/05 e RDC ANVISA nº 306/04, que impõem responsabilidade às drogarias e farmácias, visa regulamentar o tratamento e destinação dos resíduos gerados nos serviços de saúde, para que sejam preservados a saúde das pessoas e o meio ambiente. Entretanto ainda não há um plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos para o descarte de medicamentos.